

# DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO FORMA DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

## DEMOCRATIZATION OF EDUCATION: UNIVERSITY EXTENSION AS A MENS OF ACESS TO HIGHER EDUCATION

Bárbara Mateuzzo<sup>1</sup>  
Maíra Mascarenhas Torres Peixoto Cunha  
Ana Beatriz Ribeiro da Silva  
João Aldegueri Marques  
Fabio Lanza  
Evelyn Secco Faquin

### RESUMO:

O presente artigo objetiva discutir a desigualdade observada no processo de acesso ao ensino superior brasileiro, em específico à Universidade, enfatizando a necessidade de políticas públicas e da extensão universitária. O acesso à educação no Brasil é desigual, sobretudo ao ensino superior, privilegiando aqueles com melhores condições sociais e econômicas. Diante disso, são necessárias políticas sociais públicas que possibilitem o acesso ao ensino superior, como cotas raciais, cotas sociais, financiamentos estudantis e bolsa de estudos. Uma outra forma de melhorar este acesso é a oferta de Cursos Pré-Vestibulares gratuitos. Neste artigo, será apresentada a experiência de execução de um Curso Intensivo gratuito na Região Sul da cidade de Londrina. O Curso foi proposto e desenvolvido pela equipe do Projeto de Extensão “Práxis Itinerante: novas perspectivas às juventudes e populações em situações de vulnerabilidade social”, financiado pelo Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) vinculado à Universidade Estadual de Londrina (UEL). Em relação aos recursos metodológicos recorreu-se à abordagem qualitativa, à revisão bibliográfica e a 44 questionários respondidos pelos estudantes participantes. Conclui-se que o acesso ao ensino superior é de fato segregado e desigual, e as propostas extensionistas, como um Curso Pré-Vestibular gratuito em áreas periféricas, são uma forma de possibilitar que este acesso seja mais democrático e igualitário.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; Extensão Universitária; Curso Pré-Vestibular gratuito.

### ABSTRACT:

This article aims to discuss the inequality observed in the process of access to Brazilian higher education, specifically the University, emphasizing the need for public policies and university extension. Access to education in Brazil is unequal, especially higher education,

---

<sup>1</sup> Todos os autores são filiados à Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [barbara.mateuzzo99@outlook.com](mailto:barbara.mateuzzo99@outlook.com).

favoring those with better social and economic conditions. Given this, public social policies are necessary to enable access to higher education, such as racial quotas, social quotas, student financing and scholarships. Another way of enabling access to higher education is the existence of free Pre-University Courses. In this article, the experience of running a free Intensive Course in the South Region of the city of Londrina will be presented. The Course was proposed and developed by the team of the Extension Project “Itinerant Praxis: new perspectives for youth and populations in situations of social vulnerability”, financed by the Universidade Sem Fronteiras Program (USF) linked to the State University of Londrina (UEL). While methodological resources chosen for the construction, the qualitative approach, bibliographic review and 44 questionnaires applied to the participating students were valued. It is concluded that access to higher education is in fact segregated and unequal, and extension proposals, such as a free Pre-University Course in peripheral areas, is a way of enabling access to higher education to be more democratic and egalitarian.

**Keywords:** Higher Education; University Extension; Free Pre-Vestibular Course.

## 1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão “Práxis Itinerante: novas perspectivas às juventudes e populações em situações de vulnerabilidade social”, da Universidade Estadual de Londrina, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), tem como principais objetivos incentivar e desenvolver ações voltadas à promoção da educação de qualidade e a redução das desigualdades sociais. Essas atividades são realizadas em conjunto com as escolas públicas da Região Sul de Londrina especificadas no edital de nº01/2022 do USF<sup>2</sup>. Assim, busca-se mostrar a esses estudantes perspectivas de futuro, possibilitando que finalizem a educação básica, além de apresentar a possibilidade de ingresso no ensino superior.

Esse artigo tem como objetivo discutir a desigualdade observada no processo de acesso ao ensino superior, em específico à Universidade, enfatizando a necessidade das políticas públicas, e da extensão universitária, representada neste estudo pelo Cursinho Intensivo Práxis Itinerante. Para que esse propósito fosse alcançado, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico sobre o tema da educação no Brasil, além de contar com um levantamento de dados a partir de questionário aplicado aos frequentadores das aulas desse cursinho, o qual apresentava questões como sexo, religião, estado civil, escolaridade dos pais/responsáveis, renda familiar mensal, entre outras, sem a identificação dos participantes. Nem todas as informações coletadas foram discutidas neste artigo, entretanto, poderão ser utilizadas em trabalhos futuros.

Sendo assim, a estrutura do artigo se divide em quatro seções. A primeira tematiza a universalização da educação, e como ela se encontra atualmente após esse processo, em seguida, são abordadas as formas de ingresso nas Universidades. Adiante, foram apresentadas problematizações acerca da importância dos cursinhos gratuitos como

---

<sup>2</sup> O projeto é contemplado pelo edital 01/2022 da Universidade Estadual de Londrina. Vinculado ao programa Universidade Sem Fronteiras, o edital atende três escolas da região Sul de Londrina: Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, Colégio Estadual Professora Rina Maria de Jesus Francovig e Colégio Estadual Cívico Militar Professora Vani Ruiz Viessi.

contribuintes à democratização da educação e foi apresentada uma breve caracterização dos estudantes que frequentaram as atividades do Cursinho Intensivo Práxis Itinerante. Por fim, é apresentado os cursinhos gratuitos como reforço para a entrada nas universidades, particularizando a extensão universitária e trazendo nossa experiência à frente da proposição de um cursinho pré-vestibular gratuito.

## 2. A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A possibilidade da universalização da educação no Brasil se deu de forma tardia, uma vez que a formação do país, concentrada em políticas oligárquicas e escravocratas, afastava o tema da educação pública e gratuita do debate nacional. Apenas em 1930 foi discutida a educação como tema nacional, com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Trevisol; Mazzioni, 2018). Em 1934, a Constituição Brasileira estabelecia que a educação era um direito de todos, com a possibilidade de tornar todo o sistema educacional gratuito.

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art. 150 - Compete à União- a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País; (...) Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras *a* e *e*, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível; (...) (Brasil, 1934).

Porém, em 1937, a Constituição sofreu alterações, sendo introduzida a necessidade de comprovação de ausência de renda para a gratuidade [Constituição, (1937)]. Assim, apenas na Constituição Federal Brasileira de 1988 a educação pública e gratuita se torna um direito; o artigo 205 garante que a educação é um direito de todos [Constituição (1988)]. Contudo, o que se observa é que diferenças regionais, socioeconômicas, sociais, étnicas e de gênero tornam o acesso à educação desigual no país.

Como citado anteriormente, a tardia implantação da universalização da educação no país dificulta seu acesso até os dias de hoje. Dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2023), divulgados em 2023, mostram que a taxa de analfabetismo em pessoas com 15 anos ou mais no país é de 5,6%, ou seja, 9,6 milhões de pessoas no Brasil são analfabetas. Dentro desses números, 55,3%, ou seja, 5,3 milhões de pessoas vivem na Região Nordeste, mostrando uma disparidade regional (IBGE, 2022)

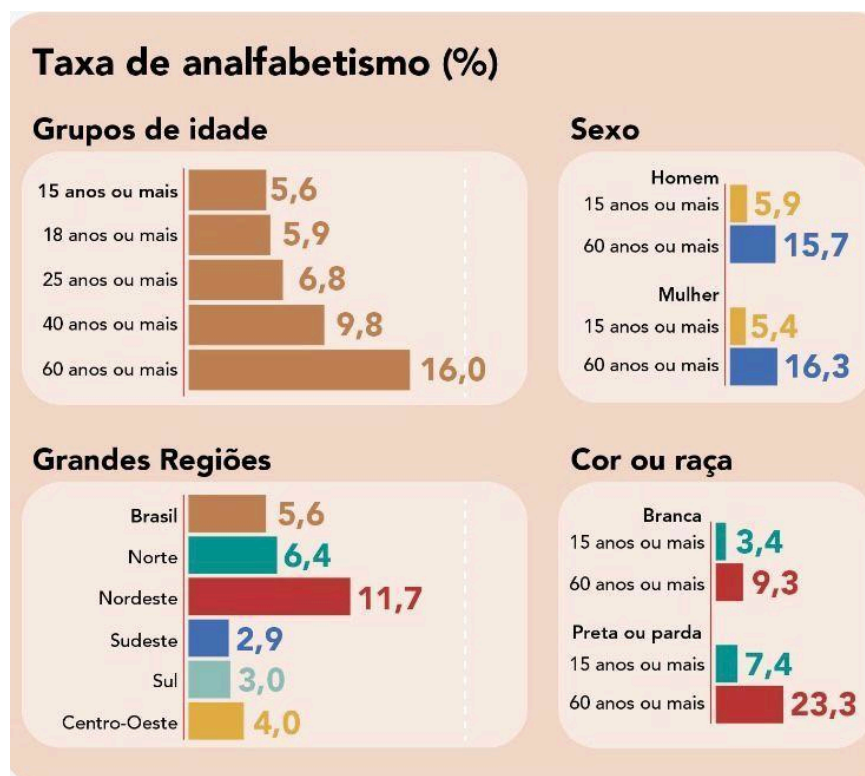
(Figura 1). Outro dado importante é que a taxa de analfabetismo é diferente em relação a cor e raça: a porcentagem de pessoas de cor preta ou parda com 15 anos ou mais é de 7,4%, enquanto que, em brancos na mesma faixa etária, a porcentagem é de 3,4% (IBGE, 2022) (Figura 1).

Outra informação relevante é a análise da evasão escolar, 18%, ou seja, 52 milhões de pessoas, na faixa etária de 14 a 29 anos, não concluíram o Ensino Médio, e as principais causas da evasão são a necessidade de trabalhar, uma gravidez ou a falta de interesse em concluir os estudos. Apenas 53,1% da população concluiu a educação básica obrigatória (IBGE, 2023). Se o acesso à educação básica no país não é universalizado, o acesso à educação superior encontra desafios maiores. Os dados do IBGE mostram que apenas 19,2% de pessoas com 25 anos ou mais concluíram o ensino superior (Figura 1). Além disso, o ensino público é responsável pela formação da maior parcela de estudantes na educação básica (da educação infantil ao ensino médio) e ainda assim, ao observar o ensino superior, os dados mostram uma maioria de estudantes egressos do ensino privado (IBGE, 2023). Essa observação levanta um questionamento: se as Universidades públicas são um direito de todos, por que o acesso não é igualitário?

O ensino superior público brasileiro é ainda muito elitista e extremamente excludente. A conquista por uma vaga numa instituição de ensino superior (IES) pública – federal ou estadual – fica praticamente inalcançável para aqueles que não tiveram acesso aos recursos educacionais, familiares, afetivos e emocionais suficientes para vencer a disputa. Dessa forma, devido ao contexto socioeconômico que oprime boa parte da população, ao sucateamento da escola pública que atua decisivamente para a diminuição da qualidade do ensino ofertado e à necessidade permanente de qualificação que o mercado de trabalho exige, configura-se um descompasso entre a excelência das IES públicas e a sua disponibilidade de estar aberta àqueles que mais precisam de seu serviço (Pereira, T. I.; Raizer, L.; Meirelles, M. 2010, p. 86).

Dessa forma, como observado, os acessos à educação no país se deram de forma tardia e, em muitos casos, de forma defasada, não sendo assim um acesso igualitário. Por conseguinte, apresentaremos as formas de ingresso nas universidades e os desafios acerca da temática.

**FIGURA 1.** Taxas de analfabetismo no Brasil por idade, sexo, regiões, cor ou raça.



Fonte: IBGE, 2022.

### 3. PROCESSO DE ENTRADA EM UNIVERSIDADES: ENEM E VESTIBULAR

O ensino superior no Brasil compreende uma educação realizada em universidades, faculdades, institutos politécnicos, escolas superiores, entre outras instituições que conferem graus acadêmicos ou diplomas profissionais.

No que tange à Universidade pública, adentrá-la é um processo dotado de particularidades. Com menos vagas disponíveis do que inscrições realizadas, as provas em vestibulares são instauradas. Essas provas, ao longo do tempo, acabaram reforçando ideais meritocráticos e elitistas, estabelecendo concorrência entre os inscritos, distanciando grande parte da população de uma vaga. Criada em 1911, por meio da Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental, a Reforma Rivadavia Corrêa definia que era necessário ter uma nota mínima para ter a aprovação em um curso superior; em 1925, ocorre a Reforma Rocha Vaz, a qual definia que não bastava apenas ter a nota mínima para ser aprovado, mas sim ficar em uma posição dentro do número de vagas estabelecido, deixando, assim, o processo cada vez mais seletivo, estimulando um comportamento competitivo e individualista (Barros, 2014).

Dentro desse contexto histórico da criação dos exames que garantem a vaga nas  
Revista de Extensão da UNESC, v. 9, n. 1, 2024 | ISSN -2448-4245  
Artigo

universidades, os anos se passaram e as provas foram se tornando cada vez mais excludentes e ampliando seu grau de exigência. Um exemplo é o da Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST), que é uma fundação que tem por principal objetivo realizar prova do vestibular da Universidade de São Paulo (USP). A FUVEST é conhecida pelas provas difíceis e pela concorrência: no ano de 2023, o vestibular 2024 oferecia 8.147 vagas para 99.573 inscritos (FUVEST, 2023).

O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) foi criado em 1998, inicialmente para avaliar, em todo o território nacional, os conhecimentos dos estudantes após a conclusão do Ensino Médio, mas, em 2009, ocorrem mudanças e o ENEM se tornou a principal forma de acesso ao Ensino Superior. O acesso tenta se tornar mais abrangente, tanto em universidades públicas com o SISU (Sistema de Seleção Unificada) como em faculdades particulares com o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), programas que ofertam bolsas, integrais e parciais, ou o financiamento para o pagamento das mensalidades após a conclusão do curso. No ano de 2023, o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pelo ENEM, divulgou que o Exame teve 3,9 milhões de inscritos, o que demonstra a alta concorrência e a dificuldade de conseguir uma vaga para todos que desejam.

O vestibular como modalidade de ingresso à universidade acaba ditando, em alguma medida, o foco do currículo dos ensinos fundamental e médio, Além disso, esse processo pode acarretar um certo desprezo pelo histórico do estudante. Mesmo com esse foco na entrada da Universidade, é comum ouvir relatos de pessoas que obtiveram boas notas durante seu percurso escolar e não atingiram um resultado positivo no vestibular por conta do nervosismo gerado tanto pela expectativa pessoal quanto familiar (Barros, 2014).

A partir desses resultados não satisfatórios, os estudantes devem esperar um ano ou até mais para serem aprovados em uma universidade. Todo esse processo acaba afetando sua autoestima, questão que aparece tanto na escola privada quanto na escola pública. Entretanto, nesta última ela se apresenta de maneira diferente, como uma autoexclusão nos vestibulares e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os argumentos variam, mas o ponto comum é a percepção de uma falta de capacidade para conseguir bons resultados e, acima disso, falta de capacidade para competir com outras

escolas(Barros, 2014).

Nas provas vestibulares são cobrados conteúdos do currículo nacional do Ensino Médio, porém em escolas da rede pública nem sempre há aulas de todas as matérias, como fora observado nas atividades do Projeto Práxis Itinerante. Em escolas da rede pública de Londrina, não há aulas de física, matéria exigida nas provas vestibulares(Práxis, 2023).

Além disso, nas provas vestibulares são cobrados também os conteúdos referentes à Base Nacional da Educação (BNCC)<sup>3</sup> (Brasil, 2017). Esse é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de conteúdos essenciais a serem desenvolvidos por todos os estudantes ao longo das etapas e das modalidades da Educação Básica. Porém, o que foi observado pela equipe no interior das escolas é que, na rede pública, há uma dificuldade de prover todas as disciplinas necessárias, por diversos fatores, como a falta de professores, mais significativa na área das ciências exatas,<sup>4</sup> a burocracia de contratação e a ausência de concursos públicos, o que gera uma quantidade considerável de aulas perdidas.

Todas essas questões têm um fator crucial em comum: a falta de investimento gerada pelo descaso do governo estadual do Paraná com a educação. Sendo assim, se torna necessário problematizar algumas políticas, tanto as nacionais, mascaradas de “inovadoras”, de “investimentos”, que acabam por dificultar a preparação dos estudantes da rede pública às provas dos vestibulares, como a Reforma do Ensino Médio (2016), quanto as estaduais, como a militarização das escolas, que ocorre no Estado do Paraná desde 2019 e, de forma mais recente, a proposta de privatização das escolas, em que o governador Ratinho Jr. encaminhou para a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) o Projeto “Parceiros da Escola” em que tem como objetivo que empresas privadas fiquem responsáveis pela gestão administrativa e questões de infraestrutura das escolas.

A Reforma do Ensino Médio se torna realidade a partir da lei nº13.415/2017, na qual são estabelecidas mudanças, com objetivo de oferecer uma carga horária mais flexível aos alunos. Para que isso ocorra, o estudante precisa escolher uma área do saber, entre as disponíveis, pois considera-se que isso incentiva o protagonismo juvenil e a independência desses adolescentes. Entretanto, o que se pode perceber, a partir das falas

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

<sup>4</sup> Durante contato com os alunos dos colégios, eles relataram que não tinham professor e nem aula de Física.

dos estudantes, nos contatos com as escolas e no desenvolvimento do Cursinho Intensivo, é que, com a restrição das matérias, os próprios estudantes se percebem em defasagem, fazendo reclamações sobre o sistema e questionando como entrarão na Universidade se não têm todo o preparo exigido pelo vestibular. Esse processo gera insegurança no estudante, prejudicando sua autoestima e intensificando o sentimento de “não merecimento” ao pensar na Universidade.

Já o projeto de militarização dos colégios acontece a partir de um plano de governo do Estado do Paraná, que considera essa transformação como a solução de problemas disciplinares, de segurança e da qualidade educacional. Contudo, esse projeto está apenas mascarando práticas extremamente excludentes. Um bom exemplo dessas práticas é a seleção rigorosa de estudantes, na qual são excluídos aqueles que não se encaixam em determinados perfis (Santos, Alves, Mocarzel, Moehlecke, 2019), criando uma divisão entre os que podem acessar a educação de “maior qualidade” e os que não são aceitos, enviados a instituições tradicionais, nas quais a escassez de recursos é percebida com maior frequência. Sendo assim, o foco dessas instituições é o controle das classes populares, através da perda da individualidade, da conformidade perante às normas, sacrificando sua capacidade de expressão, desenvolvendo, por fim, uma consciência acrítica, com uma lógica meritocrática e hierárquica (Vinha, Nunes, Menin, Tognetta, Moro, 2021).

Essas iniciativas precarizantes não permitem que os estudantes das escolas públicas possam aprender de maneira plena. Assim, políticas públicas que se contraponham a esta lógica são necessárias para tornar o ensino superior acessível, como é o caso do sistema de cotas, das bolsas de estudos e dos financiamentos estudantis, os dois últimos exclusivos de cursos em instituições de ensino superior privadas.

A Lei nº 12.711/2012, conhecida como Política da Lei de Cotas, referente às universidades federais, define que as vagas devem ser reservadas, em cotas sociais e raciais; as sociais englobam os estudantes que concluíram todo o ensino médio em redes públicas de ensino, e as raciais englobam os estudantes da rede pública que são negros ou pardos. O passado escravocrata do Brasil excluiu historicamente pessoas negras do acesso a direitos e principalmente do sistema educacional, tanto o ensino básico como o ensino superior. Nesta direção, ações afirmativas concretizadas por meio de políticas de cotas são extremamente importantes. Estas passaram por modificações no decorrer da

última década, conforme cada instituição de ensino superior. Algumas passam a prever reserva de vagas também para indígenas, quilombolas, pessoas transgênero:

A educação demonstra-se fundamental para a diminuição das desigualdades sociais, econômicas e regionais, indispensáveis para um verdadeiro Estado de Direito Democrático Social. Nesse sentido, as políticas afirmativas adquirem relevância, considerando que a ideia de igualdade de oportunidades e de sua respectiva concepção de mérito não se mostram suficientes para a redução da desigualdade. [...] Apesar da evolução, fica claro que a universalização do acesso ao ensino superior e a democratização do ingresso no ensino público ainda precisam trilhar um longo caminho (Ferreira, 2020, p. 5).

É relevante destacar que a Universidade Estadual de Londrina (UEL) introduziu as cotas sociais e raciais no ano de 2004, quase dez anos antes da definição da lei citada, juntamente com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade de Brasília (UNB), dentre outras, por conta da pressão realizada pelo movimento negro, liderado por Vilma Santos de Oliveira, dona Vilma, a Yá Mukumby. Outra particularidade que podemos destacar da UEL é a possibilidade de haver as cotas separadas, em que estudantes negros ou pardos de escolas particulares também têm direito a cotas raciais.

Assim sendo, é possível perceber uma maior democratização do ensino, entretanto as dificuldades ainda são grandes. Existe uma quantidade exacerbada de cursinhos na cidade de Londrina, que, em sua maioria, possuem mensalidades elevadas, sendo possíveis para um tipo de estudante, aquele com recursos financeiros suficientes para pagar. Os cursinhos pré-vestibulares gratuitos, embora existam, são poucos, considerando a demanda de jovens que os buscam. É diante disso que o *Cursinho Intensivo Práxis Itinerante* foi proposto, pensando na juventude vinda de áreas periféricas e vulneráveis. A partir dos questionários respondidos pelos estudantes, pudemos perceber que o cursinho gratuito, criado pela via da extensão universitária, seria, provavelmente, o único lugar onde encontrariam um recurso para tentar ingressar no ensino superior.

#### **4. CURSINHOS GRATUITOS E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Os Cursinhos Populares surgem no Brasil na década de 1970 e ganham maior notoriedade nos anos 1990 (Pereira; Raizer; Meireles, 2010). Os cursinhos populares se constituem visando a tornar o processo do vestibular e da educação mais acessíveis, não se restringindo às matérias e conteúdo das provas, mas, também, tornando-se um espaço de discussão e reflexão acerca de cidadania, possibilitando o acesso a pessoas que não teriam condições financeiras de custear um cursinho particular:

Dessa forma, a educação popular é uma concepção progressista de educação e vai ao encontro dos anseios e expectativas dos segmentos marginalizados e excluídos do

sistema capitalista. É na prática que encontra seu substrato teórico, mas uma prática que não prescinde da teoria e do ato reflexivo, pois nessa visão teoria e prática estão numa relação dialética (Pereira; Raizer; Meireles, 2010, p. 93).

Compreendemos que cursinhos populares são concebidos pela população e para a população, e que a atividade realizada pelo projeto se caracteriza, na verdade, como extensão universitária. Ainda assim, partimos da perspectiva dialética ao planejar as ações e elaborar a proposta do *Cursinho Intensivo Práxis Itinerante*. Antes de entrar nessa ação especificamente é necessário explicar o que é de fato fazer extensão.

A extensão, juntamente com o ensino e a pesquisa, compõem os três pilares da Universidade, um não se sustenta sem o outro. A extensão é necessária porque a academia tem a oportunidade de devolver à comunidade o que vem sendo estudado, além de aproximar a Universidade da população. A extensão não é simplesmente a comunicação do conhecimento para aqueles que são seu alvo, mas sim a troca de conhecimentos e vivências para que seja possível a construção conjunta entre Universidade e comunidade.

A proposição deste artigo se deu após questões observadas em palestras realizadas pela nossa equipe nos colégios contemplados pelo edital, em que pudemos observar que havia um desinteresse por parte dos estudantes em ingressarem na Universidade e, a partir de conversas que tivemos com as diretorias dos colégios, pudemos entender as perspectivas desses adolescentes em relação ao futuro. Assim, a partir da proposição do Cursinho Intensivo Práxis Itinerante, foi possível caracterizar os estudantes que o frequentaram com a aplicação de questionário sem identificação, tendo sido obtidas 44 respostas. O questionário<sup>5</sup> coletou informações sobre idade, sexo, escolarização, dificuldades e facilidades na aprendizagem renda familiar, desenvolvimento de atividade remunerada e inserção em programas sociais. Com a aplicação do questionário, pudemos nos aproximar da realidade vivenciada por eles.

Um dos dados coletados foi o de renda familiar, em que 53,5% tem como renda de 1 até 3 salários mínimos, portanto a grande maioria das famílias é de baixa renda.<sup>6</sup> Isso mostra a realidade de vulnerabilidade no território em que o cursinho atuou, dessa forma, pode-se inferir ser de muita relevância a oferta de um cursinho pré-vestibular gratuito na região, para que estes estudantes consigam ter acesso à uma educação preparatória para as

---

<sup>5</sup> O questionário consistiu em uma pesquisa de opinião, assim, contemplou a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510/2016, uma vez que se trata de uma pesquisa de opinião pública, sem possibilidade de identificação dos participantes, o que dispensa sua avaliação por Comitê.

<sup>6</sup> Segundo o Cadúnico, famílias de baixa renda são aquelas em que ganham até meio salário mínimo por pessoa ou que ganham até 3 salários mínimos de renda mensal.

provas vestibulares.

Sendo assim, foi possível compreender que ingressar em uma Universidade está distante da realidade desses estudantes, por diversos motivos: a necessidade de dinheiro imediato, a dificuldade de se manter na Universidade, ainda mais em cursos integrais, a dificuldade referente ao vestibular tendo em vista a defasagem educacional dada por falta de investimento na escola pública, entre outras questões. Ou seja, o projeto de extensão busca aproximar esses dois mundos, da juventude e da universidade, transformando o Ensino Superior em uma possibilidade para esses estudantes.

É importante ser destacado o dado de porcentagem de instrução dos familiares/responsáveis, em que foi observado a pequena porcentagem daqueles que concluíram o ensino superior. A porcentagem do responsável masculino foi de 4,7% e da responsável feminina foi de 11,6%, ou seja, não há muitos destes que cursaram o ensino superior, demonstrando a falta de acesso dessa população, e que não há histórico familiar de continuidade de estudos, portanto, foi muito importante o diálogo com esses jovens, para estimular e incentivar que estes continuassem e tivessem a universidade como perspectiva.

Além disso, outro dado coletado mostra que 83,7% dos estudantes frequentam os ensinamentos fundamental e médio integralmente em colégios da rede pública, o que demonstra que a existência de um cursinho gratuito possibilita o acesso àqueles que não teriam condições financeiras de pagar um cursinho privado.

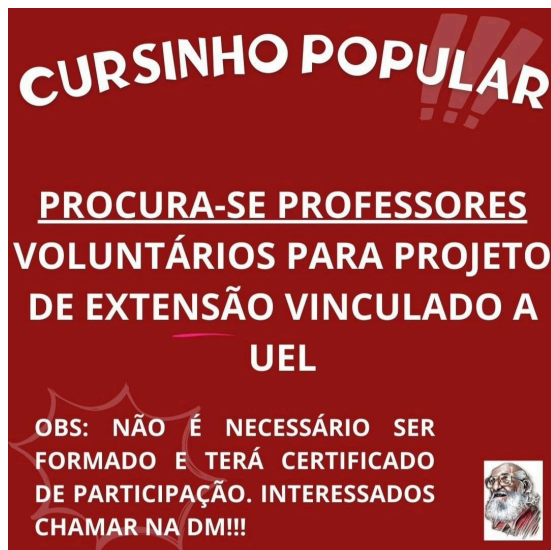
O Cursinho Intensivo Práxis Itinerante foi construído a partir do diálogo com a comunidade escolar da região, sendo iniciado no ano de 2023, nos meses de outubro e novembro, na Escola Estadual Albino Feijó Sanches<sup>7</sup>, localizada na Região Sul de Londrina. A escolha da escola se deu por pesquisas geográficas realizadas pelo projeto Práxis Itinerante no ano de 2022 na Região Sul de Londrina, nas quais foi observado que a localidade dessa escola era adequada para outros estudantes da região. Após o contato com a equipe pedagógica da escola e a aprovação do Núcleo Regional de Educação (NRE), sua realização tornou-se possível. As aulas do cursinho foram ministradas por colaboradores tanto internos (estudantes de graduação e pós-graduação) quanto externos (sujeitos já graduados e/ou de outras universidades). Para a seleção dessas pessoas, foi feito um *post* no *instagram* do Projeto Praxis (@praxisitinerante), por meio do qual tivemos cerca de 70

---

<sup>7</sup> Esta é uma das escolas contempladas no edital 163/2023. O Colégio Estadual Albino Feijó Sanches fica localizado na R. Jacarezinho, 80 - Parque das Industrias, Londrina - PR, 86043-010

interessados.

FIGURA 2. Foto de postagem do *Instagram* do Projeto Práxis



Fonte: *Instagram* do Projeto Práxis Itinerante (@praxisitinerante)

As aulas nesse período foram possíveis por conta da parceria realizada entre o Projeto e o Curso Especial Pré-Vestibular da UEL (CEPV), um cursinho gratuito realizado dentro da Universidade Estadual de Londrina. Essa parceria consistiu no compartilhamento das apostilas do CEPV como recurso didático tanto aos colaboradores que dariam aulas, quanto aos alunos. Além disso, os próprios professores do CEPV passaram aos colaboradores matérias entendidas como principais para o vestibular, a serem priorizadas nesse curto espaço de tempo. Mesmo com essa indicação dos professores, deixamos livre aos colaboradores a decisão sobre os conteúdos.

Sendo assim, o *Cursinho Intensivo Práxis Itinerante* funcionou da seguinte forma: teve como foco o vestibular da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Durante o mês de outubro ocorreu sua primeira parte, no período vespertino, em que o destaque era a prova da primeira fase do vestibular da UEL e o ENEM. Toda a grade das matérias exigidas nesses exames foi contemplada, além das aulas de Literatura com a lista de livros indicados no vestibular da UEL, e também, com aulas de línguas estrangeiras, de espanhol e inglês. Houve a participação de 44 estudantes, os quais responderam ao nosso questionário, mas com uma média de frequência de 10 alunos (Práxis, 2023). Destes, nove foram convocados para a segunda fase do vestibular da UEL, em cursos concorridos como Ciências da Computação, Nutrição, Medicina

Veterinária,<sup>8</sup> dentre outros. Interessante pontuar que, por mais que ao se ouvir “Cursinho com foco no vestibular” nosso imaginário nos leve a pensar somente em adolescentes estudando, tivemos também a participação de adultos nesse processo, inclusive uma estudante do Ensino de Jovens e Adultos (EJA). A segunda parte do Cursinho foi realizada durante o mês de novembro, no período noturno, com ênfase na segunda fase do vestibular da UEL. Mais uma vez a média foi de 10 estudantes, e oito destes alunos foram aprovados na primeira chamada do vestibular, nos cursos de: Educação Física, Engenharia Civil, Letras Português, Nutrição, Relações Públicas e Serviço Social. A partir da coleta por meio dos questionários, pudemos observar a realidade dos estudantes que frequentaram o cursinho, em que a maioria é de baixa renda e não possui histórico familiar de ingresso em universidades. Esses dados demonstram o impacto significativo desta ação da construção de um cursinho gratuito na região, realizado a partir da extensão universitária.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa e de uma revisão bibliográfica acerca do tema da educação no Brasil, especificamente sobre o acesso à educação, tanto à educação básica como ao ensino superior, demonstrando que o acesso é desigual e, portanto, iniciativas como a do Cursinho Intensivo do Práxis, gratuito, são de extrema relevância. Os questionários destinados aos estudantes que participaram do cursinho também contribuíram para a fundamentação das reflexões.

Foi possível observar que o acesso ao ensino superior é segregado, portanto, é de extrema importância que existam formas de tentar torná-lo mais acessível e democrático. Para isso, a existência de cursinhos populares, comunitários, gratuitos, se mostra relevante no processo. A extensão universitária, como defendida pelo educador Paulo Freire (1969), é definida como aquela capaz de fazer uma troca de conhecimentos, sendo esta uma transformação possível da sociedade, em que todos são beneficiados pela ação da extensão universitária, tanto os universitários quanto a população atendida. Assim,

Educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem- por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais- em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (Freire, 1983, p. 28).

---

<sup>8</sup> No sistema universal, o curso de Ciências da Computação teve 37,46 candidatos por vaga, o curso de Medicina Veterinária, 16,24 e o curso de Nutrição 12,39 candidatos por vaga.

Ou seja, a extensão universitária, realizada à luz da teoria freiriana, dialogando com o espaço e com as pessoas, trabalhando em conjunto com a comunidade, é um caminho palpável para a real democratização da educação. E para além disso, é um processo que aproxima a realidade da Universidade à realidade desses espaços, podendo tornar o ensino superior universitário uma possibilidade para essas juventudes.

## REFERÊNCIAS

- 3,9 MILHÕES ESTÃO INSCRITOS NO ENEM 2023. Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/3-9-milhoes-estao-inscritos-no-enem-2023>. Acesso em: 12 de agosto de 2024.
- ALMEIDA, Fernanda. As 10 melhores universidades do Brasil em 2022 AS 10. **Forbes**, 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/carreira/2022/08/as-10-melhores-universidades-do-brasil-em-2022/>. Acesso em: 5 de janeiro de 2024.
- BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 de abril de 2024.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.** Rio de Janeiro: DOU, 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)
- BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.** Rio de Janeiro: DOU, 1937, republicado em 18 nov. 1937 e 19 nov. 1937. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: consolidada.** Brasília, DF: DOU, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- ENEM, INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 12 de agosto de 2024.
- FERREIRA, Nara Torrecilha. Desigualdade racial e educação: uma análise estatística das políticas afirmativas no ensino superior. **Educação em Revista**, v. 36, p. e227734, 2020.
- GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 18, p. 65-137, maio 1993.
- HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 7-17, jun. 2018.

**IBGE,** **EDUCA.** Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html> Acesso em, 15 de janeiro de 2024.

KOMATSU, Bruno. et al.. Novas medidas de Educação e Desigualdade Educacional para a primeira metade do século XX no Brasil. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 49, n. 4, p. 687-722, out. 2019.

KRUGER, Nino Rafael Medeiros; ALVES, Isabela Baptista. Trajetória do Ensino Superior Brasileiro: Retrocessos e desigualdade no acesso à educação. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro. V. 30 n.1 p. 88-114, janeiro-junho de 2020.

NOVO ENSINO MÉDIO – perguntas e respostas. **Ministério da Educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 10 de março de 2024.

PAULO FREIRE. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

PEREIRA, T. I.; RAIZER, L.; MEIRELLES, M. A luta pela democratização do acesso ao ensino superior: o caso dos cursinhos populares. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2012. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2029>.

PINTO, Jose Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 727-756, out. 2004.

Projeto Parceiro da Escola, do Poder Executivo, avança na Assembleia, ALEP. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/projeto-parceiro-da-escola-do-poder-executivo-avanca-na-assembleia>

SANTOS, C. A. et al. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 35, n. 3, p. 580-591, 2019. <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.99295>

TREVISOL, Joviles Vitério; MAZZIONI, Lizeu. A universalização da Educação Básica no Brasil: um longo caminho. **Roteiro**, Joaçaba, SC. Edição Especial, p. 13-46, dezembro de 2018.

VINHA, Telma Pileggi; NUNES, César Augusto Amaral; MORO, Adriano. A educação para o desenvolvimento da autonomia e a militarização das escolas públicas: uma análise da psicologia moral. In: **REFLEXÕES** sobre convivências e violências nas escolas. Brasília, DF : Flacso, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/954>. Acesso em: março. 2024.

ZANARDI, Reginaldo. Percursos do Sistema de Cotas na UEL: 15 anos de história e conquistas. **O Perobal**, 2020. Disponível em <https://operobal.uel.br/educacao/2020/11/19/percurso-cotas/#:~:text=Aprovado%20pelo%20>

[Conselho%20Universit%C3%A1rio%20em.reserva%20de%20vagas%20apresentava%20proporcionalidæ](#)> Acesso em: 20 de maio de 2024.